

# Anexo A



# Estratégia para a Democracia Económica 2035



**LIVRE LISBOA**

# O que é a Democracia Económica?

Modelo económico baseado na autogestão, propriedade coletiva, participação democrática e orientação para o bem comum.

- **Decisão coletiva sobre a economia:** As escolhas sobre o que produzir, como distribuir e onde investir são feitas de forma participada por quem é diretamente afetado, em vez de serem orientadas apenas por dinâmicas corporativas distantes das comunidades.
- **Distribuição justa do valor criado:** Os rendimentos e excedentes são partilhados de forma equitativa, valorizando o trabalho e o contributo social em vez do capital investido.
- **Propriedade partilhada e não especulativa:** Os bens comuns e os recursos produtivos (como empresas, terras ou habitação) pertencem e são geridos coletivamente, evitando a especulação e a concentração de poder económico.
- **Autonomia local e comunitária:** As comunidades organizam-se para satisfazer as suas próprias necessidades, fortalecendo a soberania económica dos territórios e reduzindo a dependência de mercados externos.
- **Economia ao serviço da população:** A atividade económica é orientada para garantir o bem-estar, os cuidados, a sustentabilidade ambiental e a justiça social, e não para maximizar o lucro.



# Entidades da Democracia Económica (EDEs)

Cooperativas, associações, mutualistas, empresas sociais, projetos comunitários, plataformas digitais de gestão partilhada, finanças éticas, etc.

- **Cuidados comunitários:** Projetos que prestam apoio a pessoas idosas, dependentes ou em situação de vulnerabilidade, geridos em modelo colaborativo entre profissionais, voluntários e familiares.
- **Agricultura urbana e circuitos curtos de alimentação:** Hortas comunitárias, cooperativas de consumo ou grupos de compra solidária que ligam produtores locais a moradores, promovendo alimentos saudáveis, a preços justos e com menor pegada ecológica.
- **Trabalho digno e autogestionado:** Cooperativas de trabalho onde as decisões são tomadas em assembleia, os lucros são reinvestidos e todos têm acesso a condições laborais estáveis e equitativas.
- **Educação e formação crítica:** Espaços educativos alternativos ou associações que promovem a aprendizagem coletiva, a economia solidária e os direitos sociais como parte do currículo ou da formação contínua.
- **Finanças éticas e mutualismo:** Iniciativas que gerem fundos comunitários, microcrédito ou seguros baseados na solidariedade, facilitando o acesso a financiamento para quem normalmente fica excluído do sistema bancário.
- **Tecnologia e plataformas digitais colaborativas:** Ferramentas que permitem a partilha de bens, tempo ou serviços entre vizinhos ou organizações, promovendo a economia de partilha com gestão democrática.
- **Community Land Trusts:** Fundos comunitários de terras que apoiam projetos tanto de habitação colaborativa e espaços culturais autogeridos, promovendo soluções acessíveis e inclusivas que reforçam o tecido comunitário e combatem a especulação.



# Exemplos



## Saúde

- **Scias-Hospital de Barcelona (Barcelona):** Cooperativa de saúde que oferece serviços médicos com foco na participação dos usuários e na gestão democrática.
- **Buurtzorg (Várias cidades dos Países Baixos):** Organização de cuidados domiciliários gerida por equipas de enfermagem autónomas, que prestam cuidados integrados e personalizados nas comunidades locais, promovendo a autogestão e a proximidade com os utentes

## Educação e Formação

- **Escola de Ativismo Económico (Madrid):** Iniciativa da cooperativa Ecooo que forma jovens em economia social e solidária, promovendo modelos económicos justos e sustentáveis através da aprendizagem prática com projetos reais.
- **Coòpolis (Barcelona):** Incubadora pública-comunitária de cooperativas que apoia a criação e consolidação de projetos de economia social, oferecendo formação, mentoria e espaços de trabalho partilhado.

## Cultura

- **Largo Residências (Lisboa):** Projeto cooperativo da SOU Largo que gere o Jardim do Bombarda como espaço comunitário e cultural, combinando residência artística e dinamização local, com foco na inclusão social, no cuidado do território e na participação de vizinhos e artistas.
- **ExRotaprint (Berlim):** Projeto urbano gerido por um Community Land Trust, que retirou um antigo complexo industrial da especulação imobiliária e o transformou num espaço sem fins lucrativos com áreas dedicadas ao trabalho, arte e intervenção social; acolhe empresas locais, organizações comunitárias e artistas, promovendo inclusão, uso misto e estabilidade num bairro em transformação

## Alimentação e Agricultura

- **Rizoma Cooperativa (Lisboa):** Cooperativa integral com mercearia comunitária autogerida pelos membros, que dinamiza também uma horta na escola Gil Vicente, promovendo uma economia local, ambientalmente e socialmente justa.
- **La Louve (Paris):** Supermercado cooperativo e participativo, onde os membros são co-proprietários e contribuem com trabalho voluntário, promovendo uma gestão democrática e acesso a produtos de qualidade a preços justos.

## Mobilidade e Emprego

- **Partago (Gante):** Cooperativa belga de partilha de carros elétricos, gerida democraticamente pelos seus membros, que promove mobilidade sustentável e reduz a dependência de veículos privados nas cidades.
- **CoopCycle (Várias cidades de França):** Plataforma cooperativa de entregas gerida por ciclistas, que oferece uma alternativa ética às apps tradicionais, baseada em software livre.

## Habitação

- **De Warren (Amesterdão):** Cooperativa de habitação onde todas as decisões — do projeto à decoração — são tomadas coletivamente pelos membros, promovendo vida comunitária, sustentabilidade e propriedade comum.
- **La Borda (Barcelona):** Cooperativa de habitação em propriedade coletiva fundada por vizinhos, construída em terreno público com cedência municipal e financiada por banca ética, gerida de forma coletiva em todas as decisões, desde a arquitetura até à convivência quotidiana.

# Porquê é importante valorizar a democracia económica?

Permite responder a necessidades reais com soluções justas, inclusivas e sustentáveis, fortalecendo a comunidade e redistribuindo a riqueza de forma democrática



Dá resposta a necessidades reais das pessoas



Cria emprego de qualidade e redistribui riqueza



Reforça o tecido social e a resiliência comunitária



Promove modelos sustentáveis, inclusivos e enraizados no território



É uma alternativa concreta às falhas do modelo económico dominante



LIVRE LISBOA

# Porque é importante valorizar a democracia económica em Lisboa?

- O tecido económico local está a ser fragilizado por fenómenos de turistificação e gentrificação
- As entidades da democracia económica já existem na cidade, mas carecem de apoio e escala
- Modelo económico centrado nas pessoas, não no lucro, e valoriza a participação, transparência e gestão coletiva
- Responde a desigualdades sociais
- Uma estratégia municipal pode canalizar recursos, infraestruturas e compras públicas para fortalecer este setor
- Este setor tem no seu centro o bem comum, o que faz dele o parceiro natural e mais alinhado para a Câmara Municipal atingir objetivos públicos como a justiça social, a sustentabilidade e a participação cidadã — não apenas porque presta serviços, mas porque partilha os mesmos valores e metas





# Objetivos Estratégicos para a Democracia Económica 2035

# Objetivos Estratégicos

O que é:

**Conjunto de ações estruturadas que atingem um conjunto de objetivos intencionais**

1. Construir um diagnóstico aprofundado sobre o setor da Democracia Económica na cidade de Lisboa, mapeando entidades, áreas de atuação, formas jurídicas e necessidades prioritárias.

2. Promover o reforço institucional das entidades da Democracia Económica, apoiando a sua profissionalização, estabilidade económica e capacidade de gerar emprego de qualidade.

3. Integrar as Entidades da Democracia Económica na resposta a desafios urbanos estratégicos (habitação, alimentação, cuidados, mobilidade, etc.)

4. Comunicar e reforçar a presença pública da Democracia Económica, valorizando os benefícios da gestão partilhada, do envolvimento coletivo e da ligação comunitária na criação de formas de vida mais justas e sustentáveis.

5. Facilitar o acesso a financiamento (municipal, CCDR, nacional ou fundos europeus), solo, imóveis e serviços públicos.



**LIVRE LISBOA**

# Eixos de atuação

Principais áreas temáticas em que a estratégia para a democracia económica se concentra para cumprir os seus objetivos e metas



# Áreas de Impacto

Sectores estratégicos e prioritários que a Estratégia para a Democracia Económica deve impulsionar através dos eixos de atuação definidos anteriormente



# Visão para os próximos 10 anos

Uma cidade onde a economia é dinamizada pelas pessoas, serve a vida e constrói comunidade

- 1. Aumentar o peso da Entidades da Democracia Económica (EDE) na economia da cidade**
  - Meta: Alcançar uma percentagem do PIB municipal proveniente das EDE
  - Indicador: Nº de empregos criados e % de EDE ativas por setor estratégico.
- 2. Consolidar estruturas estratégicas da Democracia Económica**
  - Meta: Criar e fortalecer espaços de referência em cada freguesia/bairro prioritário.
  - Indicador: Nº de estruturas criadas e nº de entidades apoiadas.
- 3. Estabelecer quadros de governação partilhada**
  - Meta: Criar um Conselho Municipal da Democracia Económica com representantes das cooperativas, movimentos sociais, universidades e município.
  - Indicador: Nº de sessões realizadas e impacto das decisões na política pública.
- 4. Promover o consumo consciente e o mercado social**
  - Meta: Aumentar em uma percentagem a definir as compras públicas com critérios sociais e ambientais.
  - Indicador: Volume financeiro de compras públicas atribuídas a estas entidades.
- 5. Territorializar a Democracia Económica**
  - Meta: Implementar polos locais de Democracia Económica num conjunto de zonas de intervenção prioritária da cidade a definir.
  - Indicador: Nº de redes locais de intercooperação criadas e nº de iniciativas por território.





# Participação e Cocriação

# Participação e Cocriação

**Principais fases e ações necessárias para construir, de forma participativa e partilhada, uma estratégia municipal para a democracia económica**

- Criar um Grupo Motor plural com Entidades da Democracia Económica (EDEs) como cooperativas, associações e redes de base de economia comunitária.
- Organizar sessões participativas abertas em momentos-chave para recolher prioridades e validar propostas (ex. encontros de bairro, fóruns temáticos).
- Lançar um processo de diagnóstico partilhado com as EDEs: desafios, necessidades, e potencial de intercooperação.
- Articular grupos de trabalho pelas áreas de impacto definidas e com facilitação e apoio técnico da câmara.
- Consulta pública online após contributos anteriores.
- Aprovar um pacto comum que comprometa os signatários a seguir e rever a estratégia de forma partilhada até 2035.
- Criar uma metodologia de monitorização da execução do plano ao longo da sua vigência.



# Anexo B



# Pacote para Ativar a Cidade Democrática

12 Medidas com o objetivo de reforçar de forma imediata e eficaz a visibilidade e o apelo da Democracia Económica na cidade

## 1. Criar uma equipa técnica especializada no seio da Direção Municipal de Economia e Inovação

Com formação e capacitação contínua em **economia democrática**, dotada de competências para promover, apoiar e acompanhar a criação e transição de entidades económicas baseadas na autogestão, propriedade coletiva e participação cidadã, assumindo como missão:

- a) **Sensibilizar e capacitar a população** para modelos de economia democrática através de ações públicas de formação e divulgação, com foco na criação de cooperativas, comunidades energéticas, plataformas digitais cooperativas e entidades nos sectores do cuidado, alimentação e finanças éticas;
- b) **Apoiar a criação de cooperativas de trabalho por trabalhadores independentes**, através de um balcão municipal dedicado que informe, capacite e acompanhe estes profissionais na auto-organização em modelos cooperativos, como alternativa de **combate à precariedade e à ausência de proteção laboral**, sem abdicar da sua **autonomia pessoal e coletiva**;
- c) **Apoiar técnica e financeiramente projetos locais** de criação ou reconversão de entidades económicas com impacto social e territorial, incluindo instrumentos como fundos de garantia, linhas de apoio à capitalização e acesso a financiamentos nacionais e europeus;
- d) **Fomentar redes de intercooperação no território de Lisboa e biorregião envolvente**, promovendo o desenvolvimento de infraestruturas partilhadas, a comunalização de recursos e a articulação com municípios vizinhos em torno de desafios comuns, como energia, cuidados, alimentação e finanças solidárias.

## 2. Criação do Conselho Municipal Consultivo para a Democracia Económica

Constituir um Conselho Consultivo entre a Câmara Municipal de Lisboa, através da DMEI (Direção Municipal de Economia e Inovação), cooperativas e redes da democracia económica com atividade na cidade. Este órgão reunirá regularmente para aconselhar o município sobre políticas públicas no setor, identificar oportunidades de parceria e acompanhar a execução das medidas em curso. O Conselho será também responsável por cocriar, com os serviços municipais, a futura Estratégia Municipal para a Democracia Económica 2030. A sua composição será plural, com representação territorial e temática, inspirando-se em modelos de governação partilhada.

## 3. Criação de um sistema municipal de pontuação nos concursos públicos que valorize a produção local, o interesse coletivo e o modelo cooperativo e aprofunde as orientações da Diretiva 2014/24/UE.

Este sistema atribuiria **maior pontuação a propostas apresentadas por cooperativas**, ou com impacto local, ou com compromissos sociais e ambientais claros. Pode incluir:

- Critérios de proximidade geográfica e impacto no território
- Percentagem de trabalhadores em situação de vulnerabilidade
- Participação democrática na gestão
- Utilização de financiamento ético
- Contribuição para cadeias curtas de valor



# Pacote para Ativar a Cidade Democrática



LIVRE LISBOA

## **4. Lançamento da 1.ª edição da Escola de Democracia Económica**

Apoiar a primeira edição de uma escola anual de formação teórico-prática, em parceria com cooperativas de Lisboa, nacionais, europeias e internacionais, para capacitar novas gerações de cooperadores e profissionalizar o setor. O programa inclui aulas e estágios em cooperativas locais, com apoio ao financiamento através do Erasmus+ e contribuição direta do município na organização e promoção do modelo cooperativo.

## **5. Lançamento do programa “ReHabitar em Comunidade” para acesso transparente a imóveis devolutos por cooperativas de habitação de propriedade coletiva**

Criar um programa municipal que permita a cooperativas de habitação com sede em Lisboa — ou cooperativas multisectoriais com setor de habitação ativo — solicitar à Câmara informação sobre imóveis devolutos do município ou do Estado já identificados pela Câmara Municipal. Com base nesta informação, poderão apresentar pedidos formais de cedência para fins de habitação cooperativa em propriedade coletiva, acompanhados de um projeto de arquitetura, realizado pela cooperativa. As propostas poderão ser integradas no programa “Cooperativas 1.ª Habitação Lisboa”. O objetivo é envolver o setor cooperativo na reabilitação da cidade através de modelos não especulativos que devolvam à habitação a sua função social.

## **6. Negociação com o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB) para um modelo de garantia pública à habitação cooperativa**

Mandar os serviços da Câmara para iniciarem negociações com o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa com vista à promover um mecanismo de financiamento a cooperativas de habitação em Lisboa, inspirado no modelo catalão, garantindo acesso a crédito de longo prazo com apoio público, sempre que os projetos contribuam para o interesse geral da cidade, como habitação acessível, sustentabilidade ambiental e inclusão social.

# Pacote para Ativar a Cidade Democrática

12 Medidas com o objetivo de reforçar de forma imediata e eficaz a visibilidade e o apelo da Democracia Económica na cidade

## **7. Negociação para a instalação de sucursais de bancos éticos em Lisboa**

Mandar os serviços municipais para iniciarem contactos com entidades bancárias éticas como a Fiare Banca Ética, Triodos Bank ou GLS Bank, com o objetivo de facilitar a sua instalação em Lisboa. O município compromete-se a apoiar logisticamente a abertura de sucursais, nomeadamente através da identificação de espaços compatíveis, facilitação de processos administrativos e articulação com o ecossistema cooperativo local, promovendo o acesso a financiamento alinhado com os valores da economia social e solidária.

## **8. Promover a criação de cooperativas energéticas cidadãs**

Para a gestão democrática de comunidades energéticas locais, através da cedência de coberturas, terrenos e outros espaços municipais para instalações de produção renovável geridas por estas entidades, garantindo o apoio técnico, logístico e formativo necessário à sua constituição e funcionamento, e fomentando projetos de transição energética com participação direta dos cidadãos e do tecido associativo local.

## **9. Projeto-piloto de micrologística cooperativa e mercado social em espaço municipal**

Implementar num mercado municipal com parque de estacionamento um projeto-piloto de micrologística em bicicletas de carga, ao serviço de cooperativas de consumo, mercearias locais e entidades da economia local que vendem produtos de forma direta ou online. Um dia por mês, as entidades de venda alimentar ocuparão as bancas do mercado para realizar uma feira aberta à população, promovendo os circuitos curtos e o mercado social. A gestão do espaço será atribuída por concurso a entidades da democracia económica.

## **10. Atribuição temporária de terrenos sem uso imediato — como baldios ou espaços municipais à espera de licenciamento — a cooperativas agrícolas para criação de hortas urbanas agroecológicas e projetos comunitários de produção alimentar.**

A Câmara Municipal disponibiliza, por contrato de uso temporário, terrenos sem utilização prevista no curto/médio prazo — como baldios, lotes devolutos ou espaços à espera de licenciamento — a cooperativas agrícolas ou multi-sectoriais, para instalação de hortas urbanas de base agroecológica. Estes espaços podem ser usados para produção alimentar local (como o fornecimento de cantinas escolares públicas), viveiros, compostagem de bairro, ou atividades formativas com envolvimento da comunidade. O contrato prevê regras simples de ativação rápida e cláusulas de desinstalação, garantindo flexibilidade e segurança jurídica.

# Pacote para Ativar a Cidade Democrática



LIVRE LISBOA

## **11. Criação de um regulamento municipal para a cedência de cantinas escolares e cozinhas públicas a cooperativas alimentares, com contratos de concessão e critérios de alimentação sustentável e local.**

Lançar o processo de elaboração participada de um regulamento que permita a cedência de cantinas escolares e outras cozinhas públicas municipais a cooperativas alimentares e iniciativas da economia social e solidária. A cedência será feita através de contratos de concessão com critérios de alimentação sustentável, origem local, acessibilidade social e compromisso com práticas democráticas e comunitárias. O regulamento deve prever o uso partilhado fora do horário escolar, garantindo a sua função educativa e comunitária, e inspirar-se em experiências como as Cantinas Comunitárias e os modelos catalães de utilização cívica de infraestruturas públicas.

## **12. Estudar a criação de uma plataforma municipal de financiamento comunitário com garantia pública para projetos da economia democrática**

Mandatar a Direção Municipal de Economia e Inovação para estudar a viabilidade de criar uma plataforma online de financiamento comunitário (*crowdfunding*), onde cidadãos possam emprestar diretamente a projetos da economia democrática com critérios sociais e ambientais definidos pela Câmara (com um teto máximo de valor do projeto, por exemplo de 100 mil euros). O estudo deverá avaliar a criação de um mecanismo de garantia pública que proteja parcialmente os investidores em caso de incumprimento, reforçando a confiança e a mobilização da poupança local para projetos com impacto coletivo.